

## PALAVRA DE CRIANÇA

Karin Koshima<sup>1</sup>

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes vem, há décadas, chamando a atenção. Notícias envolvendo casos de abuso chegam através de jornais, revistas e TV, no entanto, a posição de muitas pessoas permanece a mesma, como se fosse uma realidade distante e rara, ou vista como fantasias ou mentiras das crianças. Faltam realmente informações mais consistentes e profundas e que, principalmente, enfoquem a questão sob a ótica da criança ou adolescente vitimizado.

É realmente muito difícil ter uma idéia exata da amplitude e do que seja esta realidade. É grande o silêncio que cerca essa questão, onde existe a reticência e o medo das crianças em falar, e a surdez e o medo dos adultos e da sociedade, em escutá-las.

*Que realidade é esta do abuso sexual? O que pensam e sentem estas crianças? Que mecanismos de coerção esses abusadores utilizam? Como trabalhar a psicanálise articulada com a questão jurídica? Como as crianças vivenciam o incesto? O que essas crianças e adolescentes esperam da esfera pública?*

A possibilidade de abordar estas questões só foi possível devido a atitude de crianças e adolescentes que tiveram a coragem de não silenciar e ao trabalho de quase cinco anos do CEDECA-BA, que ao longo desses anos acompanhou com especial atenção 250 crianças e adolescentes vítimas de

---

<sup>1</sup> Psicóloga e Coordenadora do Setor Psicossocial do CEDECA-BA, Especialista na área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo LACRI/IPUSP, Mestranda em Gestão do Desenvolvimento Local e Terceiro Setor ADM/UFBA.



É a partir da história e do discurso delas que serão articuladas algumas questões onde se pretende trazer uma nova perspectiva de entendimento a essa questão.

Etimologicamente, o abuso sexual indica a separação e o afastamento do uso ("Us") normal. O abuso sexual é ao mesmo tempo um uso errado e um uso excessivo, ultrapassar os limites, é, portanto, uma transgressão.

Segundo Marceline Gabel, "*O abuso sexual deve ser claramente situado no quadro dos maus-tratos infligidos à infância. Essa noção, assinala o alargamento de uma definição em que se passou da expressão – Criança espancada – na qual se mencionava apenas a integridade corporal, para – Criança maltratada – na qual se acrescenta os sofrimentos morais e psicológicos. Os maus-tratos abrange tudo o que uma pessoa faz e concorre para o sofrimento e alienação da outra*"<sup>2</sup>.

Trabalhar com a violência sexual não é simples, visto que abrange uma cena complexa em que estão envolvidos diversos aspectos como a *sexualidade, valores e cultura*.

Na nossa sociedade temos uma relação ambígua com a questão sexual, existe um registro social extremamente permissivo e um outro moralista e repressor. Essa moral ambígua, que ao mesmo tempo em que estimula, condena e culpa, é a mesma que respalda toda a construção da estrutura social e legal que deveria estar à serviço da proteção das crianças e dos adolescentes.

Ao lidar diretamente com as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, percebe-se o quanto a nossa sociedade está despreparada para proteger e acolher as suas demandas. Demanda de poder falar, de denunciar, de não serem expostas a constrangimentos, de serem compreendidas como pessoas em desenvolvimento biopsicossocial, de contarem com a proteção e apoio da família e de terem todo o amparo legal necessário para a garantia de seus direitos.

É grande a dificuldade que existe em falar sobre o abuso sexual. Durante o atendimento percebe-se que a maior parte das crianças atendidas levou algum tempo até conseguir contar a alguém e pedir ajuda. Revelam, além de um grande medo das ameaças dos agressores, um medo de não serem acreditadas ou mesmo de serem responsabilizadas pelo acontecido. **"Eu tentei contar várias vezes, eu tentava mas ninguém me ouvia. Todo mundo**

---

<sup>2</sup> GABEL, Marceline. *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*, São Paulo, Ed. Summus, 1997, pág. 10.



**me olhava desconfiado e dava risada. Eu sofri muito"** (sic). Essa frase foi dita no primeiro atendimento de uma menina de onze anos, que vinha sendo abusada sexualmente pelo pai desde os seis anos e que tinha recentemente contado à sua irmã mais velha. Felizmente ela acreditou.

Além do medo do descrédito na sua palavra, o medo da reação dos responsáveis ou das ameaças do agressor, vergonha e culpa, são os elementos que contribuem no prolongamento do silêncio que envolve os abusos sexuais. **"Eu vou ser presa, vocês vão me castigar"** (sic), essa foi a reação desesperada de uma menina de nove anos, que vinha sendo abusada, desde os sete, por um vizinho de sessenta anos, no momento em que foi questionada pela mãe. Além desses fatores podem não falar por medo de retaliações contra si mesmas ou contra as pessoas que amam. Existe também o medo de ruptura familiar.

Outra adolescente de dezessete anos que foi abusada quatro vezes pelo pai, a partir dos onze anos, conta que nunca falou porque ele a ameaçava usando o argumento de que se ela contasse ele se separaria da mãe e elas iriam morrer de fome. Uma outra criança que foi violentada pelo tio, dos cinco aos onze anos conta: **"Cada vez que o tempo passava, ficava mais difícil contar, minha mãe não prestava atenção em mim, eu dava pistas, tentava falar, ela é muito rígida. Tinha muito medo dela perguntar porque eu não contei antes, mas eu só queria proteger eles, manter minha família unida. Mas não adiantou nada, eu não presto e quero morrer."**

Portanto, é depois da revelação, com todas as suas dificuldades em levar ao plano social este tema, que podemos entender o caminho subjetivo que as fez ter a iniciativa de revelar o abuso, enfrentando toda a sociedade e muitas vezes a própria família. Silenciar seria a via aparentemente mais fácil, no entanto em vários desses meninos e meninas, emergiu a necessidade de dar voz aos seus sentimentos, em pedir através da sua fala ajuda para algo que não foi possível dar conta individualmente.

Esse texto tenta seguir o percurso da esfera subjetiva da criança até a colocação da sua questão no plano social, momento no qual pede socorro. É a partir destas palavras de criança, que emergem no meio de tanto silêncio, que se inicia o trabalho no CEDECA-BA. Quando chegam, invariavelmente já revelaram o fato ou já deram pistas concretas desta intenção, já romperam, mesmo que timidamente, com o silêncio. Considerando todas as barreiras que tiveram que transpor até esse momento, torna-se uma grande responsabilidade esse momento especial. Temos que saber o que fazer com estas palavras.



A necessidade de saber sobre a sexualidade aparece bem cedo na criança, no entanto cada um tem um tempo de amadurecimento particular que deveria ser respeitado. Ela tem o direito de gradativamente descobrir o seu corpo e a própria sexualidade. Nesse processo é comum perguntarem aos adultos que geralmente encontram respostas evasivas e pouco consistentes. Percebem que este é um tema quase proibido e que devem dissimular aos pais aquilo que aprendem de outra fonte. "*O segredo está associado ao despertar das primeiras curiosidades sexuais e à culpa*"<sup>3</sup>.

As crianças e adolescentes necessitam de proteção enquanto cidadãos em *condição peculiar de desenvolvimento*, ser abusado sexualmente, receber um estímulo sexual sem que se esteja preparado psíquica e organicamente para isto, desrespeita o seu direito a ter um desenvolvimento sexual natural e saudável.

O complexo de Édipo diz respeito a uma relação triangular pai/mãe/filho. Fala do desejo da criança por um dos pais do sexo oposto e ao desejo inconsciente de morte do rival. O tabu do incesto é um dos efeitos do complexo de Édipo, além da instauração da moral.

A culpa é uma das facetas da moral, que é inicialmente externa, mas que a criança vai internalizando, ao construir o superego. Renunciando a satisfação dos desejos edípicos a criança identifica-se com os pais e interioriza os interditos parentais.

No conflito do superego com o ego, o que mais vemos manifestado é a culpa, mesmo quando, racionalmente, não haveria nenhuma razão para isto. Esse talvez seja um dos principais pontos na análise de crianças vítimas de abuso sexual.

Entendendo a culpa como interior ao sujeito, percebemos que esta, muitas vezes, agrega uma dimensão mais problemática ao abuso sexual. A criança encontra com muita facilidade, razões para sentir-se culpada, e o abusador manipula perversamente essa culpa. O *sentimento de culpa* é um elemento muito presente no discurso das vítimas, é muito comum que as crianças digam que se sentem culpadas de não terem falado logo sobre o abuso, de terem tido prazer em algum momento, de terem sentido-se especiais ao serem escolhidas e desejadas pelo pai, padrasto ou algum adulto significativo na sua vida, além de exporem ou desestruturarem a estrutura

---

<sup>3</sup> LAMOUR, Martine. In Gabel, M. *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*, São Paulo, Ed. Summus, 1997, pág. 48.

familiar. A manifestação do sentimento de culpa nem sempre aparece no discurso de uma forma cristalina, costuma vir mesclado de sentimentos contraditórios como raiva, nojo, e em vários momentos de não compreensão do que aconteceu. *"Eu pensava que ele fazia isso porque gostava mais de mim do que das minhas irmãs. Mas quando eu vi ele fazendo a mesma coisa com a minha irmã menor fiquei com muita raiva."*

Ferenczi, no seu artigo sobre a confusão de línguas (1933), fala da Síndrome de Adaptação da Criança Vítima de Abuso Sexual: O primeiro movimento da criança seria a recusa, o ódio e o nojo, isso se não existisse um medo intenso. As crianças sentiriam-se física e moralmente indefesas, e este medo, quando atinge o ápice, obriga-as a submeterem-se automaticamente à vontade do agressor, adivinhando o seu menor desejo e identificando-se totalmente com ele.

Essa identificação ansiosa seria a introjeção do sentimento de culpa do adulto. Ela viveria uma grande confusão, é ao mesmo tempo, inocente e culpada, e sua confiança no testemunho de seus próprios sentidos está abalada. A criança *torna-se um ser que obedece mecanicamente*, mas já não consegue dar-se conta das razões desta atitude. *Através de que mecanismos uma criança terá forças para romper com tal situação?* A verdade é que muitas, de alguma forma, encontram esta força e a partir daí, inicia-se o nosso trabalho.

São bastante variadas as formas de abuso sexual que surgem diariamente,, mas sem dúvida, o incesto merece algumas considerações particulares.

Freud em 1905 fala que o futuro da curiosidade intelectual origina-se do que a criança sente diante dos mistérios da vida, onde de enigma em enigma, irá construindo as suas próprias teorias, distantes dos quartos dos pais. Ele coloca a proibição do incesto como um estruturador mental, onde o não da repressão à concretização dos desejos edípicos delimita as fronteiras entre o desejo e a realidade, instaurando a lei, constituindo um fator organizador, demarcador de limites.

Quando se trabalha com uma criança ou adolescente vítima de incesto, deve-se pensar que ali está um sujeito que além do seu corpo violado, teve em risco a possibilidade toda sua estruturação subjetiva. Isso é muito grave. A sociedade tende a valorizar as marcas físicas que sem dúvida são importantes, mas não são apenas elas que dão a dimensão da gravidade de um abuso sexual.



Ao falar de uma vivência incestuosa, nos referimos à impossibilidade de estruturação do indivíduo, a não-formação de pensamentos simbólicos e ao não-acesso ao desenvolvimento sexual e mental que a convivência familiar estruturada deveria garantir. Todo o processo identificatório fica comprometido.

*Como fica a questão dos limites para essas crianças? Como se sentir em segurança e poder confiar nas pessoas? Como lidar com a culpa de ser desejada pelo pai ou "homem da mãe"? Como fica a identidade feminina, já que desde cedo aprendem a se submeterem ao homem e a objetificar o seu corpo?*

O segredo do incesto comporta uma proibição de verbalizar os fatos e até de pensar. Proibição através de ameaças e outras ligadas ao tipo de relação de poder estabelecido nessas famílias, uma comunicação não-verbal, comunicação por atos, exercidas como estratégias manipuladoras e coercitivas predominantes nas famílias que maltratam suas crianças. A sociedade tem uma enorme resistência em pensar a família como um espaço destrutivo. Existe uma proibição velada em tocar no assunto sendo este ainda um grande tabu que necessita ser discutido e enfrentado.

C. um garoto hoje com doze anos foi violentado pelo pai aos quatro anos e em outro momento aos dez pelo namorado da mãe. Aos quatro anos disse à mãe: "**meu pai furou minha bunda**" (sic) mas ela não acreditou. Continuou sendo abusado por um bom tempo até que a mãe presenciou o ato e separou-se do marido. Aos dez anos a situação se repete, o namorado da mãe ao saber por vizinhos o que havia acontecido com C. achou-se no direito de fazer o mesmo. Apesar das ameaças do padrasto, C. fez inúmeras tentativas de contar para vizinhos que, no entanto preferiram não se envolver em problemas familiares. Esse é um grande problema, a criança ainda é vista como uma *propriedade da família*, onde não se deve interferir, mesmo que a sua integridade esteja ameaçada. Além disso, esse comportamento é reforçado pelo desconhecimento em como proceder, ao medo de represálias e ao descrédito no testemunho das crianças.

Um outro ponto importante a ser abordado que reforça a idéia de que muitas vezes as crianças e adolescentes esperam apenas uma chance em poder falar são os resultados de campanhas educativas que dão as orientações sobre as denúncias e as palestras nas escolas. É muito comum que mediante essas ações, revelações surjam. Nesses momentos, é como se essas crianças e adolescentes agarrassem a única chance em ter sua voz ouvida. Em outros, é como se as palavras ouvidas nas escolas, legitimassem

a sua história e abrissem a perspectiva de que serão escutadas. Através de uma voz externa, social, o interdito do incesto surge e sua voz aparece.

Um ponto que chama bastante atenção diz respeito aos tipos distintos de comportamentos que as crianças e adolescentes apresentam ao iniciar o atendimento. Existem comportamentos totalmente agressivos, muitas gritam, outras tantas entram mecanicamente na sala de atendimento e mantêm-se em silêncio por um longo tempo. Winnicott, em 1969, define trauma como *"É aquilo contra o qual o indivíduo não possui uma defesa organizada, de maneira que um estado de confusão sobrevém, seguido talvez de uma reorganização das defesas, estas, um tipo mais primitivo"*, fala ainda que *"O trauma implica em um colapso na área da confiabilidade da criança em um meio ambiente"*.

A cena de um abuso sexual encerra uma dimensão emocional complexa, onde além do sofrimento físico existirá sempre o psíquico. O sofrimento é ligado a uma chaga narcísica tornando difícil a sua exteriorização. O sentimento de confusão é perceptível, assim como a utilização da agressividade ou embotamento emocional como defesa, autopreservação. Alguns se emudecem, engolindo literalmente a dor, outros canalizam em forma de agressividade e outros têm a oportunidade e conseguem falar sobre isso. A dificuldade neste momento inicial dependerá fundamentalmente do impacto que a revelação do abuso teve na sua vida. A duração, o tipo de vínculo com o abusador, o apoio da família, da comunidade e o atendimento no aparato judicial, terão papéis determinantes e interferirão na vivência emocional de cada indivíduo.

Um menino de sete anos que tinha uma história de ser abusado sexualmente pelo primo de vinte e dois anos, ao chegar ao CEDECA-BA, gritava, balançava as pernas e braços e enfiava a cabeça entre as pernas, era uma cena que chocava. O primo o levava freqüentemente ao quintal e mantinha relação sexual anal. Um dia, a vizinha presenciou o ato e contou para a mãe de L. O menino L ao falar do seu silêncio dizia **"Eu não contei porque ele ameaçava bater em mim e não me deixar mais brincar"**. Em pouco tempo toda a vizinhança ficou sabendo do ocorrido e L. passou a ser motivo de chacotas, piadas e sendo culpabilizado pelo ocorrido. Existe uma frase dita pelos vizinhos ao referirem-se ao acontecimento que ilustra de uma forma bem clara a problemática social em que o abuso sexual está inserida e o quanto deve ter sido difícil para L. passar por tudo isso, qual seja, **"Errado é quem deu e não quem comeu"**. Acrescente a isso, as piadas dos colegas na escola, que o chamavam de bicha e o posicionamento dos parentes acusando-o de querer colocar o primo na cadeia.



Este é o contexto de um entre milhares de casos de abuso sexual infantil. Vale ainda ressaltar, que todas as estatísticas apontam para um número pequeno de denúncias de violência sexual contra meninos em comparação às meninas, esse receio se explica em grande parte pela dificuldade dos meninos em falar dos abusos sexuais, visto que as maiorias dos abusos são cometidos por homens e nas comunidades (vizinhança, escola e até mesmo na família) é comum a revitimização dos garotos que costumam serem rotulados de homossexuais, agregando mais um fator discriminatório, constrangedor e humilhante. Não é de se estranhar o desespero manifestado explicitamente no descontrole do seu próprio corpo, pela descrença na sua palavra, na família e na Justiça para este menino. *O trauma significa uma quebra de fé.* (Winnicott, 1965)

A desestruturação da família é outro fardo que essas crianças precisam enfrentar. Não se trata apenas da separação dos pais, quando quem abusa é o pai ou padrasto, mas também do afastamento de avós, tios, primos etc. Esse é um fato muito comum após a revelação.

C. aos 10 anos começa a ficar desleixada e rebelde, diz odiar o pai. O pai ia ao seu quarto à noite e mantinha relações sexuais com ela. Sete anos depois, aos 17 anos, conta o fato ao namorado que resolve contar para a mãe. A mãe se separa do pai de C., mas ela permanece fria e desconfiada de tudo, não tem amigos e fala constantemente que gostaria de morrer. Nos atendimentos revela que a sua maior dor é a separação da avó paterna, com a qual não teve mais contato, após ter dado a queixa na delegacia. Hoje, vive sozinha com a mãe, que não tem família. O pai morreu dois anos após a denúncia, negando o abuso para toda a família, que continua acreditando que C. *é mentirosa e culpada pela morte do pai.*

Essa situação é muito mais comum do que se imagina, na grande parte das vezes a menina fica isolada, sozinha, necessitando ir para um abrigo ou para casa de parentes (pela ausência de uma intervenção judiciária eficiente que garanta a proteção da criança com a retirada do agressor do lar), em outras ficam apenas com a mãe em uma situação familiar e financeira precárias, com todo o restante da família contra elas acusando-as de quererem destruir a família. De qualquer forma, invariavelmente há uma revitimização da criança, sendo necessária a garantia mínima do afastamento do agressor do lar e da criação de uma política de auxílio-financeiro temporário para essas famílias, uma vez que em muitos casos o agressor é o provedor da casa.

Uma questão que merece uma reflexão é a cegueira ou omissão das mães em relação ao abuso sexual dos filhos, mesmo com vários sinais que costumam

dar. Paralelo ao atendimento com as crianças, é desenvolvido no CEDECA-BA um trabalho em grupo com as famílias. Ao longo do desenvolvimento deste grupo várias delas revelaram terem sido vítimas de violência sexual na infância ou adolescência. A reprodução de história de violência em gerações seguidas é um ponto bastante discutido na literatura especializada, no entanto toma um contorno muito mais real ao ser escutado num contexto de grupo e podendo olhar para cada rosto, cada expressão. A revelação, mesmo quando adulta, acarreta sentimentos de profundo sofrimento, angústia, reforçados pelo fato de verem seus filhos ou filhas passarem pela mesma situação. Muitas manifestam um grande sentimento de culpa por não terem sido capazes de detectar a situação precocemente, outras projetam a raiva para a própria filha por não terem contado ou por terem "se deixado" abusar. Fica evidente nesses grupos que a violência na infância as impossibilitou de aprender como desempenhar o papel de protetoras, em muitos casos as cegando, numa *forma defensiva*, em poder perceber as situações abusivas.

O incesto nasce de uma estrutura familiar que favorece essa questão, onde existe uma colaboração, consciente ou inconsciente, de outros membros da família. Os pais que deveriam ter uma função fundamental na repressão das pulsões obrigam essas crianças a obedecer ao seu desejo, não as ensinando a dizer não, e as mães cegas e omissas repetem, em muitos casos, a sua própria história, reduzindo o filho à condição de objeto.

Uma questão a ser apontada, diz respeito a diferenciação por parte da sociedade, da família e até de alguns profissionais que trabalham na área da infância, na maneira de encarar e lidar com os abusos sofridos por crianças e adolescentes.

É comum aceitar que o abuso contra uma criança seja uma violência, mesmo quando não há marcas físicas evidentes, visto que se presume a sua fragilidade física e emocional para defender-se e definir sobre sua sexualidade. De fato, socialmente é aceito o argumento de que as crianças são vulneráveis ao abuso, e esse fato não gera nenhuma polêmica.

Porém, nem sempre os abusos sexuais contra adolescentes são encarados da mesma maneira, é bastante comum serem acusadas de provocarem, induzirem e consentirem com a violência sexual sofrida. **Será que existe abuso sexual consentido?** Na experiência de relatos de adolescentes é visto claramente a angústia da vivência, a coerção dos abusadores e principalmente o medo em contar o fato, justamente por acharem que não seriam compreendidas. É preciso entender que a validade de um



consentimento é uma questão subjetiva, e que só faz sentido usar esse termo quando os envolvidos têm *recursos simbólicos equivalentes*. Não é o que acontece entre um adulto e um adolescente. Neste caso é sempre uma *relação de poder* que se estabelece.

É evidente que um adolescente tem mais informações do que uma criança no que diz respeito à sexualidade, porém ainda estão numa fase de desenvolvimento, são imaturos e curiosos e mesmo que interajam com algum adulto cabe a ele impor o limite e dizer não.

Nota-se também nas adolescentes que a violência sexual é em muitos casos produto de um quadro de vulnerabilidade e fragilidade, são sujeitos com baixa auto-estima, distúrbios emocionais e oriundas de famílias violentas, o que vem a favorecer a ocorrência do abuso.

Porém, de qualquer forma a violência sexual na adolescência tem efeitos muito graves, potencializados pelo próprio contexto social, onde até a família pressupõe que elas já tenham capacidade em fazer escolhas, consentirem e se protegerem, reforçando ainda mais o *sentimento de culpa e o silêncio*.

Diante de tantos obstáculos é até compreensível o sentimento de desamparo que leva ao silenciamento. A revelação é um processo que se inicia com a questão a quem falar. *Se as pessoas próximas como família, vizinhos, professores não estão disponíveis e preparados para escutá-las, o que esperar da esfera pública?*

O silêncio é o que mantém e obriga o sujeito a se submeter às humilhações, ao desamparo e a conseqüente continuidade da situação. A **palavra da criança** é a primeira atitude que pode romper com isto. Nas comunidades onde essas crianças e adolescentes são violentadas, ficam submetidas permanentemente a constrangimentos e chacotas, onde os agressores costumam desfilarem vitoriosos afirmando a sua masculinidade. Na maioria das vezes não se toma nenhuma providência mesmo quando o fato é de conhecimento de várias pessoas.

Considerando todos esses fatores é que se precisa ter um cuidado muito especial ao escutar uma revelação de abuso sexual, é necessário estar atento às dificuldades e saber que essa escuta é parte integrante e essencial da superação de sua vitimização.

Ao brotar a fala, constitui-se a nossa questão. É neste contexto que nasce a particularidade do trabalho do CEDECA-BA, onde a criança busca um

terceiro protetor, a partir da necessidade de uma lei exterior que barre a lei familiar e de um espaço onde será escutada. O encontro com este terceiro, permite que a sua palavra, tão abafada e desacreditada, torne-se uma palavra social. Inicia-se um processo sociojurídico que apela para intervenções em diferentes níveis.

Ao tornar a sua palavra social, um atalho é oferecido a essa criança para a solução do seu problema, mas ao preço da exposição do seu íntimo. O que antes era total silêncio, passa a ser exposto, de forma repetitiva e desgastante, no cumprimento dos procedimentos jurídicos.

Torna-se necessária uma reflexão para que se possa organizar uma forma menos desgastante e constrangedora para que a criança enfrente o processo jurídico. É comum necessitarem repetir diversas vezes o relato do abuso e o mais grave é o fato de, na maioria das situações, terem que falar para pessoas que não estão preparadas para essa escuta especial. Se existe o incentivo social à denúncia é preciso que exista uma estrutura especializada para receber dignamente essa demanda.

Uma questão importante refere-se a importância subjetiva da condenação do agressor. Não se trata de "vingança" e sim da necessidade de que a lei externa, a lei jurídica, ponha um limite na sua história e fundamentalmente legitime a sua palavra. Ouvir uma sentença de condenação, em muitos casos tem um *efeito subjetivo reparador e libertador*.

É claro que não são todos os que se manifestam dessa forma com a intenção explícita de condenação, alguns querem que o pai, tio ou padrasto "apenas pare de fazer isto" (sic), outras têm pena dos filhos do abusador quando este for preso e alguns têm medo da vingança quando forem libertados. Nesses momentos agrega-se mais uma peculiaridade ao nosso trabalho: *dessas duas palavras qual delas escutar? "Aquela que desvela um fato repreensível que recai sobre a lei? Ou aquela que exprime o seu desejo, duplo, mas contraditório: uma sanção, mas sem a justiça no meio?"*<sup>4</sup>.

Por isso é necessário muita discussão, reflexão e o suporte de uma equipe multidisciplinar, visto que muitos aspectos estão entrelaçados nesta problemática. Trabalhamos numa equipe composta por psicólogos, advogados, assistentes sociais e musicoterapeutas, além do contato direto que

---

<sup>4</sup> CRIVILLÉ, Albert. "Nem muito nem pouco, exatamente o necessário", in Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997.



temos com delegados, juizes e meios de comunicação. Sem essa multidisciplinariedade para que todas essas questões sejam discutidas o nosso trabalho talvez não tivesse a eficácia necessária.

Concluindo, entendemos que as crianças e adolescentes são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, tendo direito a uma vida protegida de qualquer violência. A violência sexual viola gravemente o direito a proteção integral e necessita ser combatida e vista como um problema de toda a sociedade. E preciso favorecer a fala dessas crianças, quebrando a barreira do silêncio que cerca este assunto.

Esperamos que a sociedade à qual a criança apelou, amadureça e possa dar uma resposta segura a essas crianças e adolescentes, considerando que até revelar o seu segredo, teve que passar por um difícil trabalho interior. Um acolhimento profissional e sensível é o mínimo que se deve oferecer, além de reconhecer, juntamente com o direito ao seu próprio corpo, o dever de dar um encaminhamento adequado a sua demanda. Se falou, é porque, não tinha ainda perdido a esperança, e é nisso que apostamos neste trabalho.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GABEL, M. (org) *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. São Paulo, Ed. Summus, 1997.

FERENCZI, S. *Confusão de Línguas entre Adultos e Crianças, Obras Completas*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.

AZEVEDO, M. A. e Guerra, V. N. de A. *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. Ed. Cortez, 2ª Edição.